



CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDIÇÃO N° 09/2023

SUMÁRIO

01

Atuação do MPMT

02

Ministério Público

03

Tribunais de
justiça

04

Tribunais
Superiores

05

Conselhos
Nacionais

06

Novidades
Legislativas

07

Notícias

Equipe

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza

Promotora de Justiça e Coordenadora do
CAO Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor

Promotor de Justiça e Coordenador-
Adjunto do CAO Pessoa com Deficiência

Thatyane Domingues Moreira Nunes

Assistente Social

Rita de Cássia Arnaut Amadio

Analista Jurídico

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha

Auxiliar Ministerial



01 ATUAÇÃO DO MPMT

- **PROMOTORAS DE MT PASSAM A COMPOR GRUPO DE TRABALHO NACIONAL**

As promotoras de Justiça de Mato Grosso Luciana Fernandes de Freitas e Patrícia Eleutério Campos foram convidadas para compor o Grupo de Trabalho (GT) Educação Inclusiva criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 287/2023. O GT tem o objetivo de elaborar e executar estudos, colher dados e apresentar propostas voltadas ao aprimoramento da atuação do Ministério Público na garantia da Educação Inclusiva e do atendimento educacional especializado. Instituído pelo prazo de um ano, o grupo é vinculado à Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije).

De acordo com a portaria publicada, em 30 dias o GT deve apresentar plano de trabalho contendo as atividades propostas e o respectivo cronograma de execução. No prazo de um ano, deve propor relatório final dos trabalhos realizados e, se for o caso, proposta de edição de Recomendação ou de Resolução.

- **MPMT MOBILIZA PROMOTORES DE JUSTIÇA PARA GARANTIR IMPLANTAÇÃO DE CAPS**

Embora possuam porte populacional exigido pelo Ministério da Saúde para implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 17 municípios de Mato Grosso ainda não oferecem o atendimento especializado. Nesta terça-feira (29), a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico e o Centro de Apoio Operacional da Saúde encaminharam ofício às Promotorias de Justiça dessas localidades solicitando o acompanhamento da implementação dos CAPS.

No ofício, o procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira e os promotores de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto e Thiago Scarpellini Vieira ressaltam que o Ministério da Saúde anunciou a disponibilização de R\$ 200 milhões para financiamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A iniciativa faz parte da reconstrução da política de saúde mental e da retomada no fortalecimento da rede, visando o desenvolvimento da assistência do Sistema Único de Saúde em todo o Brasil. (...)

Os 17 municípios de Mato Grosso que ainda não possuem CAPS são: Paranatinga, Colniza, Aripuanã, Poxoréu, Matupá, Chapada dos Guimarães, Comodoro, Alto Araguaia, Brasnorte, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Olímpia, Nobres, Rosário Oeste, Santo Antonio de Leverger, São José do Rio Claro, Araputanga e Porto Alegre do Norte.

02 MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público Federal

- IBGE acolhe recomendação do MPF e reabre inscrições para pessoas com deficiência em dois concursos públicos
- Receita Federal em Sergipe adota medidas para assegurar prioridade de atendimento a autistas e seus acompanhantes
- Instituto Federal do Amapá acata recomendação do MPF e adota medidas para inclusão de alunos com deficiência

Ministério Público de Goiás

- Grupo de trabalho sobre política de atenção psicossocial a pessoa com transtorno mental envolvida em crimes realiza primeira reunião no MPGO

Ministério Público do Bahia

- Município de Guanambi é obrigado a implementar Programa de Reabilitação da Pessoa com Deficiência

Ministério Público do Rio de Janeiro

- Supervia inicia curso de capacitação para atendimento aos usuários com deficiência, em cumprimento ao TAC celebrado com o MPRJ

Ministério Público de Pernambuco

- MPPE lança Projeto voltado ao fortalecimento e à ampliação da Rede de Atenção Psicossocial no Estado
- Prefeitura deve garantir nas praias projeto de lazer e saúde a pessoas com deficiência

Ministério Público do Piauí

- MPPI ingressa com ação para resolver demanda reprimida de procedimentos em saúde para pessoas com autismo em Teresina
- Após representação do MPPI, PGR ajuíza ADI contra legislação estadual sobre participação de pessoas com deficiência em concursos que exijam aptidão plena

Ministério Público do Pará

- Decisão Judicial determina internação compulsória de paciente com transtornos mentais graves

Ministério Público de Santa Catarina

- MPSC cobra esclarecimentos de Plano de Saúde sobre atendimento para Transtorno do Espectro Autista na Grande Florianópolis
- Programa Saúde Mental em Rede promove capacitação e faz vistoria em comunidade terapêutica de Palhoça
- Após decisão judicial em ação do MPSC, Estado inaugura ala psiquiátrica no Hospital Infantil Joana de Gusmão

Ministério Público de Paraíba

- Centros de Apoio emitem nota com orientações sobre internações em comunidades terapêuticas

Ministério Público de Roraima

- MPRR firma acordo para que o município de Boa Vista ofereça o serviço de residência inclusiva para deficientes

Ministério Público do Ceará

- Justiça acata tese do MPCE e determina que Prefeitura de Jaguaribe ofereça assistência adequada para alunos com Transtorno do Espectro Autista
- MPCE pede suspensão de concurso da Guarda Municipal de Fortaleza até que teste de aptidão física seja adaptado aos candidatos com deficiência
- Após inspeção, MPCE investigará indícios de irregularidades em comunidade terapêutica em Juazeiro do Norte
- MPCE ingressa com ação para Prefeitura de Camocim realizar concurso público para Caps do município

Ministério Público do Paraná

- MPPR em Almirante Tamandaré obtém liminar que impõe a Município atenção médica e abrigo a gestante com indicação de comprometimento mental
- A pedido do MPPR, Judiciário determina que Estado e Município de Araucária forneçam Canabidiol para tratamento de criança de sete anos de idade
- Município de Goioxim acata recomendação administrativa do MPPR e se compromete a garantir transporte de adolescente à sede da Apae

Ministério Público de Tocantins

- Em seminário de educação inclusiva, promovido pelo MPTO, especialista defende estímulo à independência dos alunos com deficiência
- MPTO realiza audiência para discutir política antimanicomial e solicita informações do Estado

03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

TJDFT realiza pesquisa sobre inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho

Aluna com deficiência visual será indenizada por falha na prestação de suporte especial

Tribunal de Justiça de São Paulo

Município indenizará paciente impedido de usar recurso de acessibilidade auditiva em consulta médica

Mantida condenação de mulher que desviou benefício social do próprio filho com epilepsia

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Entidade é condenada por falta de medidas educacionais para criança com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)

TJRN mantém decisão que determinou a internação compulsória de mulher portadora de esquizofrenia em Tangará

Tribunal de Justiça do Acre

Valor indenizatório a ser pago por instituição que não ofertou recursos de acessibilidade é aumentado

Tribunal de Justiça da Paraíba

Grupo avança nas ações do Programa de Atenção à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei

Tribunal de Justiça do Amazonas

Com o apoio de intérprete de Libras, juíza de Barcelos realiza audiência de custódia de preso com deficiência auditiva

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Processos envolvendo pessoa com deficiência têm prioridade de tramitação



04 TRIBUNAIS SUPERIORES

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

STJ adota manual para atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Engajado nas questões de inclusão e igualdade, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou para seus servidores e colaboradores o Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O manual – que pode ser acessado na intranet da corte – foi publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de promover os direitos dessas pessoas em todo o Poder Judiciário. O guia traz pontos importantes para a compreensão de determinadas circunstâncias diretamente relacionadas ao TEA, que podem auxiliar na recepção e no atendimento a esse público.

Segundo o coordenador substituto da Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão do STJ, Wallace Gadêlha, o manual chegou em boa hora. Ele ressalta que, apesar da Lei 12.764/2012 (que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com TEA) e da Resolução CNJ 401/2021, o Judiciário brasileiro ainda carecia de um referencial prático para o acolhimento e o atendimento de demandas de pessoas autistas nos seus ambientes organizacionais.

"É recente o despertar do mundo para o tema, e isso ocorreu face ao aumento substancial de quadros compatíveis com os critérios para o TEA. O Brasil segue a reboque desse mesmo estímulo, procurando também dar os seus primeiros passos na longa caminhada destinada a assegurar direitos já reconhecidos. Diante dessa realidade, em que se verifica que o nível de atenção ao TEA ainda é muito baixo e que há muito a se fazer, penso que a iniciativa do CNJ contribuirá sobremaneira para a inclusão de autistas na sociedade", declarou.

Para acessar o manual, [clique aqui](#).



05 CONSELHOS NACIONAIS



JUSTIÇA E EXECUTIVO AVANÇAM EM PLANO NACIONAL PARA IMPLEMENTAR POLÍTICA ANTIMANICOMIAL

Após a assinatura do Protocolo de Intenções entre CNJ e MS, foi elaborado plano de trabalho para a realização das ações que envolvem a política, contemplando um Plano Nacional para a Implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 487/2023. O Plano abará medidas de suporte aos estados, fechamento gradual dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) e monitoramento da Política em âmbito nacional. A parceria prevê o lançamento de mapeamento cruzado e georreferenciado para que seja possível identificar onde estão as pessoas em medida de segurança, os HCTPs e os serviços de saúde, o que possibilitará o real dimensionamento das capacidades e necessidades nos diferentes territórios do Brasil.

CNJ INTEGRA GT INTERINSTITUCIONAL SOBRE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Instituído pelo Decreto n. 11.487, do Governo Federal, de 10 de abril deste ano, o grupo de trabalho é responsável por subsidiar a elaboração de proposta da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência e seus temas correlatos.

Por designação da presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, a magistrada Amini Haddad e a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) Carmen Gonzalez, também auxiliar da Presidência do Conselho, atuam como representantes do CNJ no GT interinstitucional entre Poderes.



CNMP INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA APRIMORAR ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA GARANTIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Conselho Nacional do Ministério Público instituiu, pelo prazo de um ano, o Grupo de Trabalho Educação Inclusiva, vinculado à Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije). A criação do GT foi feita por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 287/2023.

O objetivo do grupo de trabalho é elaborar e executar estudos, colher dados e apresentar propostas voltadas ao aprimoramento da atuação do Ministério Público na garantia da Educação Inclusiva e do atendimento educacional especializado.

PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA EM FOCO DISCUTE A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Promovido pela CSP e transmitido pelo canal do CNMP no YouTube, o Segurança Pública em Foco recebeu o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antônio Geraldo da Silva, e o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) Rogério Sanches. Ambos abordaram aspectos relacionados à Resolução CNJ nº 487/20123, que instituiu a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

O objetivo da resolução foi estabelecer, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança, procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, que trata da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

06 NOVIDADES LEGISLATIVAS

- Projeto de lei aprovado na ALMT quer garantir programações em Libras na TV
- Comissão aprova projeto que exige divulgação do direito da pessoa com deficiência a atendimento domiciliar
- Comissão aprova projeto que amplia utilização da linguagem braile no cotidiano
- Comissão debate abordagem humanizada da PRF a pessoas autistas
- CCJ aprova obrigação de construir acessos para pessoas com deficiência em praias urbanas
- Comissão aprova regras para terapia nutricional de pessoas com transtorno do espectro autista no SUS
- Comissão aprova projeto que cria política de educação inclusiva na rede escolar
- Comissão aprova projeto que amplia recursos para financiamento de equipamentos para pessoa com deficiência
- Comissão aprova projeto que garante direito à vacinação especial em domicílio para pessoas com deficiência
- Comissão aprova desconto no Imposto de Renda dos gastos com obras de acessibilidade
- Comissão aprova projeto que facilita a nomeação do curador de pessoa com deficiência que esteja internada
- CCJ aprova garantia de emissão de documentos com acessibilidade para deficientes visuais
- CCJ aprova projeto que dispensa de revisão pericial aposentado e beneficiário do BPC em razão de invalidez permanente
- Comissão aprova projeto que isenta de IOF crédito e seguro para pessoa com deficiência e motorista profissional
- Comissão aprova projeto que exige pessoal treinado para lidar com autistas em locais movimentados
- Comissão aprova diretrizes para atenção à saúde de pessoas do espectro autista
- Comissão aprova projeto que antecipa acolhimento para pessoa com doença incapacitante
- Comissão aprova BPC para pessoas com distúrbios ou transtornos mentais incapacitantes
- Comissão aprova benefícios tributários para compra de medicamentos para Down, microcefalia e pessoas com deficiência
- CCJ aprova exigência de nível técnico para profissional que auxilia aluno com deficiência na escola
- Comissão aprova projeto com regras de acessibilidade diferentes para micro e pequenas empresas



07 NOTÍCIAS



TRF1 determina que ICMBio simplifique comprovação da deficiência na inscrição dos candidatos em concurso

DPU - Nota defende direito de pessoas com deficiência serem acompanhadas por animal em voos

Comissão vai debater oferta de profissionais de apoio escolar aos estudantes com deficiência

Transportadora não é isenta de reserva legal de cargos para pessoas com deficiência

Tratamento da AME tem mais efeito com diagnóstico precoce

DPU defende direito de pessoa com deficiência levar animal em voos

Ministro de Direitos Humanos diz que políticas para pessoas com deficiência são uma prioridade do governo



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

P
C
D



CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional

Procuradoria Geral de Justiça

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br